

Itajaí/SC, 17 de agosto de 2026.

Para atual e futura verificação, seguindo os Princípios da Administração Pública da Legalidade, Publicidade e Eficiência e da Política de Investimentos de 2026, o Servidor Público e Diretor de Investimentos Jean Polidoro – Economista registrado no CORECON com nº 3739 e certificado pela ANBIMA – CEA e CP RPPS CGINV III pela SPREV, torna pública a seguinte decisão:

RESGATE – 17/08

BB PREVID TO IMA-B5 + - R\$ 56.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE REAIS).

APLICAÇÃO – 21/08

BB PREVID FLUXO SOBERANO – R\$ 56.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE REAIS);

No mesmo dia ficou aplicado 26 milhões (fluxo) devido ao envio para 3 instituições diferentes com aplicação da seguinte forma:

BRADESCO DI PREMIUM – R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REIAS);

SANTANDER DI TP PREMIUM - R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REIAS);

CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI. - R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES

DE REIAS);

Justificativas: O objetivo da movimentação é minimizar a exposição aos efeitos adversos decorrentes da volatilidade da curva de juros de longo prazo, direcionando parte dos recursos para ativos referenciados ao CDI, caracterizados por menor oscilação e com perspectiva de rentabilidade positiva ainda ao longo de 2026.

Os fundos vinculados ao IMA-B 5+ possuem exposição a Títulos Públicos Federais indexados à inflação, com prazo médio de vencimento superior a cinco anos. Em razão de suas características, apresentam maior sensibilidade às oscilações das taxas de juros reais e, conseqüentemente, maior volatilidade quando comparados a outras classes de ativos vinculadas aos índices IMA. Em contrapartida, também apresentam potencial significativo de valorização em cenários de fechamento da curva de juros, desde que o ambiente macroeconômico seja favorável.

Para que esse potencial de retorno se materialize de forma mais consistente, seria necessário observar uma trajetória de redução das taxas de juros, com maior previsibilidade quanto ao processo de flexibilização monetária, atualmente em patamares próximos a 14% ao ano. Contudo, as expectativas relacionadas ao ciclo de redução dos juros vêm perdendo força diante de fatores externos e internos que têm contribuído para a manutenção das pressões inflacionárias e para a elevação dos prêmios de risco nas curvas de juros.

No cenário externo, a postergação de uma solução definitiva para os conflitos envolvendo os Estados Unidos e o Irã tem contribuído para a manutenção da volatilidade dos preços internacionais dos

combustíveis e da energia, que permanecem em patamares superiores às médias históricas. Esse movimento amplia as preocupações relacionadas à inflação nos Estados Unidos e, conseqüentemente, à condução da política monetária. Nas discussões mais recentes do *Federal Reserve* (Fed), alguns membros já demonstram maior preocupação com a persistência das pressões inflacionárias, inclusive sinalizando posições mais restritivas em relação à trajetória futura das taxas de juros.

No cenário doméstico, os efeitos decorrentes da elevação dos preços dos combustíveis também merecem atenção. O aumento dos custos de energia e transporte tendem a produzir efeitos secundários sobre a cadeia produtiva, pressionando os custos de produção e, conseqüentemente, os índices de preços. Embora os impactos possam ocorrer em intensidade distinta daquela observada nos Estados Unidos, em razão das particularidades da composição e da metodologia de cálculo do IPCA, o ambiente inflacionário permanece como fator relevante para as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Adicionalmente, a trajetória de crescimento da relação dívida pública/PIB representa outro fator de atenção. A percepção de maior risco fiscal incita a elevação dos prêmios exigidos pelos investidores, especialmente nos vértices mais longos da curva de juros. Dessa forma, os ativos com maior *duration* permanecem mais suscetíveis à volatilidade e à reprecificação decorrente de alterações nas expectativas fiscais e monetárias.

Diante desse cenário, a estratégia de manutenção de exposição mais elevada aos ativos de longo prazo perde atratividade no curto prazo, ao menos considerando as expectativas atualmente precificadas pelo mercado até o encerramento de 2026.

Assim, a estratégia proposta consiste em calibrar parcialmente a exposição da carteira, buscando ampliar a participação em ativos com menor volatilidade e menor sensibilidade às oscilações da curva de juros de longo prazo. Essa movimentação tem caráter estratégico e visa propiciar o equilíbrio entre rentabilidade, risco e liquidez, permitindo que o Instituto acompanhe a evolução do cenário macroeconômico e reavalie, de forma técnica e tempestiva, a oportunidade de retorno à estratégia de maior exposição aos ativos de *duration* mais longa.

Por fim, seguem abaixo as demais movimentações realizadas na carteira de investimentos dentro da mesma linha estratégica, cujas operações ocorreram em períodos próximos e refletem o processo contínuo de acompanhamento, gestão de risco e adequação da carteira às condições de mercado.

Dentro do Itaú.

RESGATE

ITAÚ RENDA FIXA IMAB-5+ R\$ 22.500.000,00 (VINTE E DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS);

APLICAÇÃO

ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRFM-1 R\$ 22.500.000,00 (VINTE E DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

Dentro da CAIXA

RESGATE

CAIXA BRASIL IMAB-5+ TP – R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS);

CAIXA BRASIL IMA-B NOVO BRASIL – R\$ 4.500.000,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

APLICAÇÃO

CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI – R\$ 7.500.000,00 (SETE MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

Essas movimentações tiveram respaldo técnico de diversos veículos de comunicação específicos, tais como: Bloomberg, BRAM, Empiricus, SMI Consultoria, Valor econômico entre outros, também com respaldo de diversas instituições como: Itaú, Bradesco, Genial, Caixa, Banco do Brasil, Banco Safra, XP Investimentos, BTG Pactual, Dólar Bills, Grid Investimentos, BGC Liquidez, Brazil Journal, Mirae Asset e BNP Paribas.

Nada mais a tratar, dando fé Pública.

JEAN POLIDORO
Diretor de Investimentos